



Sob o olhar de Bernardo Cabral, o relator Roberto Requião faz perguntas ao presidente da Petros, Francisco Gonzaga de Oliveira (D)

Presidentes e diretores de bancos depõem hoje na CPI

Depois de passar o dia de sexta-feira interrogando dirigentes de fundos de pensão, comissão agora ouve as versões dos representantes do Bradesco, CEF, Multiplic e Banestado

Reeleição e novas regras para MPs entram em pauta

Francelino Pereira apresenta amanhã, na CCJ, seu relatório sobre a proposta de emenda constitucional que permite a reeleição no Executivo. Na quinta-feira, dia 10, o plenário poderá votar em primeiro turno o substitutivo de José Fogaça às propostas que tratam da edição de MPs. **Página 3**

Ronaldo propõe reforma com voto distrital misto

Página 2

A CPI dos Precatórios ouvirá hoje, a partir das 10h, os depoimentos de presidentes e diretores de quatro bancos que atuaram como compradores finais de títulos públicos destinados ao pagamento de dívidas judiciais: Bradesco, Caixa

Econômica Federal, Multiplic e Banco do Estado do Paraná (Banestado).

Serão ouvidos o presidente e o vice-presidente executivo do Bradesco, respectivamente, Lázaro de Mello Brandão e Ageo Silva. Pela Caixa Econô-

mica Federal, Sérgio Cutolo (presidente) e Sandra Beatriz B. Tavares (diretora) prestarão depoimento à CPI.

O Banco Multiplic estará representado por Manoel Felix Cintra Neto (presidente) e Antônio José de Almeida Carneiro (ex-presidente). Pela corretora do Banestado, estão previstos os seguintes depoimentos: Paulo Roberto Gonçalves da Silva (diretor de operações), Carlos Antônio Valente de Castro (presidente), Pedro Ramos (ex-presidente) e Wilson Mugnaine (ex-presidente). Também deporão o presidente do Banestado e da Banestado Leasing, Domingos Tarço Murta Ramalho, e Oswaldo Santos Magalhães, ex-presidente da Banestado Leasing.

Aprovada quebra de sigilo de Pitta e ex-secretários

As pessoas que ocuparam as Secretarias da Fazenda ou de Finanças dos estados de São Paulo, Pernambuco, Alagoas e Santa Catarina, e dos municípios de Campinas, São Paulo e Guarulhos, entre 1995 e 1996, terão os seus sigilos bancário, telefônico e fiscal quebrados. Decisão nesse sentido foi aprovada na sexta-feira, quando também foram ouvidos os dirigentes dos fundos de pensão. O presidente da CPI, Bernardo Cabral, anunciou a decisão da Receita Federal de aplicar multa de R\$ 1 milhão a Wagner Ramos. **Páginas 4 e 5**

Abdias considera ineficaz legislação contra o racismo



Abdias não se tem mostrado eficiente no Brasil. Segundo o senador, a maioria dos delegados de polícia e promotores públicos prefere enquadrar as denúncias e queixas contra a discriminação racial como injúria, difamação ou calúnia.

Abdias Nascimento pediu o apoio de seus colegas senadores para o projeto de lei por ele apresentado, definindo os crimes de discriminação racial, de modo a possibilitar que "a sociedade brasileira disponha de meios jurídicos eficazes para punir aqueles que insistem na prática de crimes racistas".

Violência policial ocorre todo dia, lembra Jefferson

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou sexta-feira que o episódio da divulgação, por uma emissora de televisão, da violência praticada pela Polícia Militar de São Paulo mostra a "hipocrisia" da sociedade brasileira, porque, segundo disse, gerou uma série de discursos supostamente indignados com os fatos, "como se aqueles acontecimentos fossem excepcionais".



Para o senador, "todos sabem que, em todos os estados brasileiros, existe cumplicidade do aparato policial com o narcotráfico e a indústria de seqüestros e que os espancamentos e as violências ocorrem todos os dias nas ruas e nos quartéis das polícias militares".

Reforma garantirá estabilidade política, diz Ronaldo Cunha Lima

Senador considera a adoção do voto distrital misto como um dos pontos mais importantes das mudanças em discussão no Congresso

"Uma ampla reforma política, corajosa e inteligente, significará um decisivo avanço na estabilidade política, na governabilidade e na eficácia constitucional". É a opinião de Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), que considera a adoção do voto distrital misto como um dos pontos mais importantes da reforma em discussão no Congresso.



Ronaldo

- Nesse sistema, o cidadão teria dois votos na eleição de

deputados: um para eleger o representante do seu distrito, e outro a ser destinado a uma das listas partidárias fechadas. Os deputados eleitos pelo distrito ensejarão um estreito vínculo entre eleitorado e eleito. Já os deputados escolhidos por legenda partidária abrirão espaço para a manifestação das diversas correntes de opinião da sociedade - avaliou.

Outra mudança defendida

por Ronaldo diz respeito à fidelidade partidária. Ele argumenta que o representante é eleito como membro de um partido, comprometido com as posições da agremiação. "Se ele abandonar voluntariamente o partido, será excluído da legenda", disse. Ele considerou, ainda, que é preciso adotar medidas para conter a proliferação excessiva de partidos, como a eliminação do acesso de siglas inexpressivas ao horário gratuito eleitoral e à representação na Câmara.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

10h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do diretor de operações do Banestado Corretora, Paulo Roberto Gonçalves da Silva; do presidente do Banestado Corretora, Carlos Antônio Valente de Castro; dos ex-presidentes do Banestado Corretora, Pedro Ramos e Wilson Mugnaine; do presidente do Banco do Estado do Paraná e Banestado Leasing, Domingos Tarço Murta Ramalho; ex-presidente do Banestado Leasing, Osvaldo Santos Magalhães; do presidente do Banco Multiplic, Manoel Felix Cintra Neto; do ex-presidente do Banco Multiplic, Antônio José de Almeida Carneiro; do presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo dos Santos; da diretora da Caixa Econômica Federal, Sandra Beatriz B. Tavares; do presidente do Bradesco, Lázaro de Mello Brandão, e do vice-presidente-executivo do Bradesco, Ageo Silva. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

PREVISÃO DE TRABALHOS PLENÁRIO

Terça-feira (08.04)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: *PEC nº 64/95 (terceiro dia de discussão em primeiro turno), que uniformiza o prazo prescricional nas ações trabalhistas.
Quarta-feira (09.04)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: *PEC nº 64/95 (quarto dia de discussão em primeiro turno).
Quinta-feira (10.04)
14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado
Pauta: Votação em primeiro turno das *PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97 (tramitam em conjunto), que tratam da adoção de medidas provisórias; *PEC nº 64/95 (quinto e último dia de discussão em primeiro turno).

COMISSÕES

Terça-feira (08.04)
10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania

Pauta: *Apresentação do relatório do senador Francellino Pereira (PFL/MG) sobre a PEC nº 4/97, que permite reeleição no Executivo. *Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Sabatina de Paulo Dirceu Pinheiro indicado para exercer o cargo de membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

10 - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Exposição da Coordenadora de Fiscalização do Trabalho, Segurança e Saúde do Trabalhador no Rio Grande do Sul, Helena Beatriz M. de Andrade. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quarta-feira (09.04)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 53/95, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; *PEC nº 35/96, que regula a disciplina partidária; *PEC nº 42/95, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados na iniciativa de leis que instituem ou aumentem impostos; e *PLC nº 05/97, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania
Pauta: Audiência pública com a participação do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que fará exposição sobre a PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante de decisões sumuladas do STF. *Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - Comissão Especial sobre fatos ocorridos na Clínica Santa Geneveva

Pauta: Leitura, discussão e aprovação do relatório final. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.*

PAUTA DE ATIVIDADES

Plenário pode votar na quinta mudanças nas MPs

Para apreciar as medidas provisórias, substitutivo de José Fogaça em pauta institui comissão mista permanente, semelhante à do Orçamento, integrada por 17 senadores e 17 deputados

Por determinação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o plenário da Casa realiza na próxima quinta-feira (dia 10) a votação, em primeiro turno, do substitutivo de José Fogaça (PMDB-RS) às propostas de emenda à Constituição que modificam as normas para edição e apreciação de medidas provisórias.

Fogaça, em seu substitutivo, propõe a criação de uma comissão mista, integrada por 17 de-

putados e 17 senadores, semelhante à Comissão Mista de Orçamento, com o mesmo suporte técnico, material e humano, para estudar as medidas provisórias. O senador argumenta que atualmente existem, ou deveriam existir, mais de 50 comissões mistas incumbidas de analisar MPs.

O substitutivo amplia para 60 dias a vigência da MP, que hoje tem validade de 30 dias. Prevê que findo o prazo de tramita-

ção, a MP será colocada em regime de urgência nas duas Casas, começando pela Câmara. E determina ainda que o Executivo comunicará ao Congresso a adoção de MP pelo menos 48 horas antes de sua publicação; e "fica vedada reedição de medida provisória sempre que o Congresso aprovar decreto legislativo declarando a cessação de sua eficácia e disciplinando a garantia dos atos jurídicos realizados em sua vigência".



José Fogaça

Comissão única vai agilizar tramitação, prevê José Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) disse sexta-feira que a comissão mista permanente contida no substitutivo que apresentou à proposta de emenda constitucional que fixa novas regras para edição e apreciação de medidas provisórias não está sendo compreendida pelas lideranças no Congresso Nacional. Ele afirmou que essa comissão irá evitar a formação de inúmeras outras.

- Para cada edição ou reedição de uma medida provisória é formada uma comissão mista - explicou. Como tramitam hoje, no Congresso, 51 medidas provisórias, existem, conseqüentemente, 51 comissões mistas, o que, a seu ver, atrasa a apreciação dessas matérias.

José Fogaça entende que o presidente de comissão a ser criada não poderá "segurar" a apreciação das medidas provisórias, pois, passado o prazo de discussão, o projeto será votado imediatamente pelo Congresso Nacional.

Em aparte, o líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), propôs ao relator que seja incluído um prazo máximo na tramitação das medidas provisórias, "seja nessa comissão ou no plenário".



Osmar Dias

Em pauta, direitos trabalhistas para trabalhador rural

O plenário do Senado conclui na sessão de quinta-feira (dia 10) a discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que dá tratamento igual aos trabalhadores rurais e urbanos quanto à prescrição de direitos trabalhistas.

A proposta, de iniciativa do senador Osmar Dias (PSDB-PR), estabelece que as reclamações relacionadas a créditos resultantes das relações de trabalho terão prazo prescricional de cinco anos para todos os trabalhadores. Pela legislação vigente, o prazo é de cinco anos para o trabalhador urbano e dois anos para o trabalhador rural.

O plenário deverá votar amanhã requerimento de iniciativa do senador Esperidião Amin (PPB-SC) solicitando a realização de sessão solene do Congresso Nacional em homenagem aos 175 anos da Maçonaria no Brasil.

CCJ recebe amanhã parecer sobre reeleição

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresenta amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seu relatório sobre a proposta de emenda à Constituição que permite a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos, já aprovada pela Câmara.

Também amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos sabbatina Paulo Dirceu Pinheiro, indicado para membro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, do Ministério da Justiça. No mesmo dia, a CPI do Trabalho Infantil ouve a coordenadora de fiscalização do Traba-

lho, no Rio Grande do Sul, Helena Beatriz de Andrade.

A CCJ aprecia, na quarta, propostas de emenda à Constituição, entre as quais, a que regula a disciplina partidária, que institui a Justiça Agrária, que altera os tributos de produtos da cesta básica, e a que cria o Conselho Nacional da Justiça. No mesmo dia, às 11 horas, a CCJ ouve o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, sobre a proposta de emenda à Carta que trata do efeito vinculante. Comissão que trata de fatos ocorridos na Clínica Santa Geneveva, no Rio, discute e vota relatório final também na quarta.



Francelino

CAS volta a debater contrato temporário

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), promove na quinta-feira, às 18h, nova rodada de debates em torno do projeto de lei do governo que trata do contrato temporário de trabalho.

Participarão da audiência José Calixto Ramos, presi-

dente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), presidente da Confederação Nacional da Indústria, Ulysses Riedel, do Departamento Intersindical de Assessoramento Parlamentar e João Carlos Alexim, da Organização Mundial do Trabalho.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Ex-secretários de Fazenda terão sigilo quebrado

Atual prefeito de São Paulo, Celso Pitta, é um dos atingidos pela decisão, que se estende a todos os que ocupavam cargo nos estados e municípios sob investigação do Senado

Wagner Ramos será multado em R\$ 1 milhão

O presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), anunciou que a Receita Federal lavrou auto de infração contra Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública do Município de São Paulo e um dos principais suspeitos de irregularidades com títulos públicos, multando-o em R\$ 1 milhão.

Cabral disse que havia solicitado ao secretário da Receita Federal que lhe comunicasse a lavratura de auto de infração contra qualquer das pessoas sob investigação pela CPI, sendo esta a primeira comunicação de multa. Para o presidente da comissão, o fato evidencia a circunstância de que a CPI está trabalhando em conjunto com a Receita, o Banco Central, a Polícia Federal e o Ministério Público, e produzindo resultados imediatos.

Na reunião iniciada às 10h de sexta-feira, a CPI aprovou requerimento do relator Roberto Requião (PMDB-PR) pedindo aos Ministérios da Justiça e das Relações Exteriores que enviem carta rogatória à Justiça dos Estados Unidos solicitando a apuração de ligações telefônicas internacionais realizadas por meio dos sistemas *call-back* que envolvam as pessoas físicas e jurídicas sob investigação dos senadores.

Outro requerimento aprovado: serão promovidas diligências da CPI, em conjunto com a Polícia Federal, para coletar documentos e depoimentos junto aos bancos Maxi-Divisa e Beron, Card Service Administradora de Cartões de Crédito, corretora Perfil e junto aos beneficiários dos cheques das pessoas investigadas, especialmente das contas da IBF Factoring, Perfil e Fausto Solano Pereira, dono da Boa Safra.

A CPI dos Precatórios aprovou sexta-feira requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) e Vilson Kleinübing (PFL-SC) quebrando o sigilo bancário, telefônico e fiscal de quem ocupou a Secretaria da Fazenda ou de Finanças de São Paulo, Pernambuco, Alagoas e Santa Catarina, e dos municípios de Campinas, São Paulo e Guarulhos, entre 1995 e 1996.

A medida atinge o atual prefeito de São Paulo, Celso Pitta; o ex-secretário de Alagoas José Pereira de Sousa; o ex-secretário paulista Yoshiaki Nakano; o atual e o ex-secretário de Santa Catarina, Paulo Prisco Paraíso e Oscar Falk; o secretário pernambucano Eduardo Campos; os ex-secretários da Fazenda e de Plane-



Eduardo Suplicy



Kleinübing

jamento de Guarulhos, Sérgio Galvano e Jairo Cândido; e o ex-secretário da Fazenda de Campinas, Geraldo Biasoto Junior.

O presidente da CPI, Bernardo Cabral (PFL-AM), informou que Roberto Sanchez, ex-secretário da Fazenda de Osasco, não foi incluído nessa lista porque já está com seus sigilos telefônico, bancário e fiscal quebrados. A quebra de sigilo atinge também a empresa PPD Consulto-

ria Empresarial e José Roberto Mantovan, secretário de Finanças de Goiânia.

Por iniciativa do relator Roberto Requião (PMDB-PR), a CPI convocou para depor Mirnaloy Oliveira Lima, Francisco Mendes de Alencar Filho e Jorge Lúcio de Castro, do Funcef, e solicitou que o Banco Central faça o rastreamento no Selic (Serviço de Liquidação e Custódia de Títulos) das operações resultantes das últimas 15 emissões de títulos autorizadas pelo Senado. A CPI decidiu também solicitar à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência uma investigação sobre as operações realizadas pelos fundos de previdência das empresas estatais com títulos públicos, entre 1995 e 1996.

Presidente do Funcef afirma que comprou títulos porque era vantajoso

Ao depor sexta-feira na CPI dos Precatórios, o presidente do Fundo de Previdência da Caixa Econômica Federal (Funcef), José Fernando de Almeida, disse que confiou no mercado e que comprou os papéis emitidos pelo governo catarinense porque eram vantajosos financeiramente. Ele negou que alguém no Funcef tenha entrado em prévio entendimento com as corretoras para a compra dos papéis.

Roberto Requião (PMDB-PR) quis saber por que o Funcef não comprou os papéis junto ao próprio governo catarinense, onde o deságio era maior. O depoente respondeu que norma do Banco Central im-



Fernando de Almeida (D) alegou à CPI ter acreditado no mercado

pede os fundos de pensão de fazerem essas compras na venda primária. Requião retrucou que os fundos sempre puderam comprar esses papéis por intermédio de corretora, não precisando necessariamente submeter-se à cadeia de negócios irregulares que ele chama de "ciranda da alegria".

Bernardo Cabral questionou a compra de títulos feita pelo Funcef. Interrogaram ainda o depoente: Eduardo Suplicy (PT-SP), Emília Fernandes (PTB-RS), e Esperidião Amin (PPB-SC). Na opinião de José Serra (PSDB-SP), a Vetor só comprou os títulos porque sabia que o Funcef estava no final da cadeia de negociação.

CPI DOS PRECATÓRIOS

Requião sugere a governo demissões na Petros

A reação do relator foi consequência do depoimento do presidente do fundo de pensão, ao afirmar em seu depoimento que "faria o negócio de novo", referindo-se à compra de títulos

Ex-dirigente da Telos suspeita de funcionários

Último depoente a apresentar-se sexta-feira na CPI dos Precatórios, o ex-superintendente do fundo de pensão dos funcionários da Embratel (Telos), Olival Mantovaneli Neto, informou aos senadores que dois gerentes da instituição, Heitor de Barros e Paulo César Ferracini, já afastados, eram os principais orientadores dos investimentos e foram por ele vigiados.

Mantovaneli disse que chegou a colocar um *araponga* para vigiar esses gerentes, em sua avaliação, "dois funcionários ricos", a fim de avaliar se devia mandá-los embora. Ele informou que Ferracini está sob investigação da Polícia Federal pela acusação de comprar ações de segunda linha para si próprio, induzir a Telos a fazer o mesmo, provocar o aumento de preço desses papéis, e depois vender as próprias ações com grande lucro.

Ele afirmou que, curiosamente, os resultados dos investimentos sugeridos pelos dois funcionários "eram excelentes" mas, por iniciativa de Roberto Requião, a CPI decidiu convocar os dois para depor. Decidiu também convocar os proprietários da empresa Dimarco, que são parentes de Ferracini.

O relator da CPI dos Precatórios, Roberto Requião (PMDB-PR), disse sexta-feira que, "se houver governo, o presidente e a diretoria da Petros devem ser demitidos hoje mesmo". Esta foi também a opinião do senador Esperidião Amin (PPB-SC).

A reação foi consequência do depoimento do presidente da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros), Francisco Gonzaga de Oliveira, no qual afirmou ao relator que "faria o negócio de novo", pois proporcionou rentabilidade "melhor do que qualquer outra operação no mercado de renda fixa do dia".

A Petros atuou como compradora final de 33.035 títulos do governo de Santa Catarina, ne-



Roberto Requião

gociados nos dias 30 e 31 de outubro de 1996. Para o relator, a operação permitiu um "roubo", conforme a terminologia utilizada no mercado, de R\$ 4,755 milhões, auferidos quase integralmente pela corretora Perfil, sendo que a operação foi realizada com a corretora Intervalores. Lançados com deságio de cerca de 17%, a Petros comprou os títulos a 6,7% de deságio. No mesmo dia, conforme apontou José Serra (PSDB-SP), a Funcef obteve

deságio de 5,6%.

Em resposta a Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente da Petros admitiu que a decisão foi questionada em carta a ele enviada por um conselheiro da fundação, Ricardo Moura de Albuquerque Maranhão, que listou noticiário da imprensa catarinense sobre as dificuldades financeiras do governo estadual.

O presidente da CPI, Bernardo Cabral (PFL-AM), salientou a "perfeita simetria" entre as duas compras feitas pela Petros, "como se a Perfil já soubesse que a fundação iria comprar os títulos".

José Agripino (PFL-RN) considerou que os presidentes da Funcef e da Petros "deveriam estar revoltados e não estão, o que é inquietante".

Amorim: dívida do Beron subiu 1.500%

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que as dívidas do Banco do Estado de Rondônia (Beron) aumentaram de R\$ 15 milhões para R\$ 250 milhões, mais de 1.500%, nos últimos dois anos, período em que a instituição encontrava-se sob administração especial temporária do Banco Central.

- Suspeita-se que tenha ocorrido uma deliberada gestão para acumular prejuízos ao banco, com toda sorte de negócios em proveito de alguns poucos - afirmou.

Para ele, com certeza esse aumento das dívidas do Beron "não se deve apenas à rolagem da dívida inicial de R\$ 15 milhões". Agora, com a dívida elevada, Rondônia

negocia a privatização do banco do estado com o Ministério da Fazenda e o governo estadual assumirá a dívida de R\$ 250 milhões.

Amorim disse ter recebido cópias de dois documentos que envolvem o ex-administrador do Beron, Francisco José Mendonça Souza, indicado pelo Banco Central, com a Corretora DTVM, acusada de participar das fraudes na emissão de títulos estaduais para pagamentos de precatórios.

Conforme o senador Ernandes Amorim, "não há dúvida de que o Beron, sob intervenção, foi intermediário de parte do esquema de negociação dos títulos de dívida pública de estados e municípios".



Amorim

Serpros alega desconhecer as irregularidades

Terceiro depoente de sexta-feira na CPI dos Precatórios, o superintendente do Instituto de Seguridade Social do Serpro (Serpros), José Luiz Pingarilho Neto, disse que em nenhum momento a instituição suspeitou que estivesse comprando títulos de uma cadeia armada para lucrar irregularmente com essas operações. Requião insistiu em que também nesse negócio "houve roubo".

O Serpros adquiriu 7,5 mil títulos emitidos pelo estado de Pernambuco e outros 16,4 mil emitidos por Santa Catarina. O ágio pago por esses papéis proporcionou lucro de R\$ 2,5 milhões às corretoras. "Nosso principal objetivo foi rentabilidade, não houve interesse em saber o deságio com que esses títulos foram colocados no mercado", disse Pingarilho.

Coutinho elogia proposta de fundo para municípios onde a Vale atua

O senador destacou idéia de prefeitos, apresentada formalmente ao governo, de criar fundo para financiamento de projetos regionais

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) destacou, sexta-feira, a proposta de criação de um fundo contábil destinado ao financiamento de projetos regionais, nos municípios onde atua a Companhia Vale do Rio Doce, encaminhada por prefeitos ao ministro do Planejamento, Antonio Kandir. Os municípios estão situados nos



Coutinho Jorge

estados de Minas Gerais, Pará, Espírito Santo, Maranhão, Sergipe, Bahia, Tocantins e Mato Grosso do Sul.

Segundo Coutinho Jorge, que está encaminhando essa luta junto com os prefeitos, a proposta exige uma modificação no edital de privatização da Vale, e foi bem recebida pelo ministro. A idéia é criar um fundo com

os R\$ 85,9 milhões destinados ao BNDES, no edital, para projetos de desenvolvimento regional.

Também seriam incorporados ao fundo os créditos existentes em razão dos empréstimos realizados com recursos provenientes do Fundo de Reserva da Companhia Vale do Rio Doce. Apartearam Coutinho Jorge os senadores Jefferson Peres (PSDB-AM) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Josaphat apela ao governo para ajudar o Lloyd

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) pediu à Mesa do Senado que encaminhe ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República o escritório da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais, pedindo que o governo federal libere, com urgência, recursos para atender à situação "caótica" em que se encontram navios e tripulações do Lloyd Brasileiro em vários portos do mundo.



Josaphat

Josaphat lembrou ter encaminhado o mesmo pedido, há um mês, e nada foi feito. Disse que o ofício esclarece sobre a situação dos trabalhadores da empresa, que se encontram com três meses de atraso salarial, não recebem vale-transporte, vale-refeição nem assistência médica, enquanto faltam alimento, água e combustível nos navios.

Dutra revela que FHC falou o mesmo que Sérgio Motta sobre D. Luciano

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), apresentou ao plenário, sexta-feira, cópia do trecho de uma entrevista de Fernando Henrique Cardoso à Rede Católica de Rádio, em 23 de dezembro de 96, na qual o presidente da República afirma, quanto à privatização da Vale do Rio Doce, que o arcebispo de Mariana (MG), D. Luciano Mendes, "pode ficar tranquilo porque o dinheirinho que ele recebe, conti-



Dutra

nuará recebendo".

José Eduardo Dutra disse que o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, sempre repete palavras do presidente da República e, desta vez, o fato pôde ser constatado pela gravação. Na mesma entrevista, acrescentou o senador, Fernando Henrique minimiza a importância da estatal ao afirmar que a Vale "é uma empresa que pega minério, põe pedra, põe no vagão, leva para o porto e manda embora".

Senador vê avanço em acordo com MST

O senador José Eduardo Dutra afirmou que o protocolo de intenções firmado entre o governo de Sergipe e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), para assentar 1,5 mil famílias na área de Jacarecirituba, representa um avanço muito grande no processo de pacificação do campo.

Essa área, explicou ele,

seria destinada, em sua totalidade, a um projeto de irrigação e produção de frutas destinadas à exportação. Porém, "houve uma revisão de todo o processo", e parte das terras será usada para o assentamento, com o compromisso dos sem-terra de "não promover ocupações no estado durante cem dias".

Odacir apóia plano de exploração de madeira no AM



Odacir

O senador Odacir Soares (PFL-RO) defendeu a concessão de áreas florestais públicas ao setor privado, como

pretende o governo federal, permitindo a exploração organizada de madeira na amazônia.

Ele quer que o setor passe a beneficiar a madeira, ao invés de exportá-la bruta. A idéia em estudos no ministério e no Ibama é conceder em uso 39 florestas nacionais, reservas e projetos de assentamentos extrativistas, totalizando cerca de 16 milhões de hectares.

Para o senador, esse sistema dará ao governo o controle das áreas exploráveis de madeira, na região.

Aeroporto de Brasília pode ter o nome de JK

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) apresentou projeto de lei que dá ao Aeroporto de Brasília a denominação de Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek.



Arruda

- Trata-se de homenagem devida ao maior homem público brasileiro deste século, semelhante àquela que França e Estados Unidos prestaram aos seus dois maiores estadistas, ao denominar os aeroportos de Paris e de Nova Iorque como Presidente Charles de Gaulle e Presidente Kennedy - afirmou Arruda.

Jucá pede apoio para criação de comissão de assuntos regionais

Senador conclama representantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para aprovação da proposta de Coutinho Jorge

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apoiou, sexta-feira, a criação pelo Senado de uma Comissão de Assuntos Regionais e Meio Ambiente, proposta pelo senador Coutinho Jorge (PSDB-PA). Jucá conclamou os senadores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste a "unirem esforços" para viabilizar a proposta. Essa comissão seria, a seu ver, "um fórum técnico importante para o debate e a criação de uma real política harmônica de desen-



Romero Jucá

volvimento regional para o país".

O senador lembrou que, recentemente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou um programa de financiamento para a região amazônica, com linha de crédito de R\$ 1 bilhão. Entretanto, o distanciamento entre as regras da instituição e a realidade da região, a seu ver, levou a iniciativa ao fracasso. "Apenas quatro ou cinco financiamentos

foram feitos para o Amazonas e nenhum para o meu estado, Roraima", disse.

No entendimento de Romero Jucá, temas como recursos hídricos e questões ambientais, problemas e potencialidades regionais, além da fixação de diretrizes para aplicação dos fundos constitucionais e para a atuação de organismos como Sudam e Sudene, e bancos de fomento, teriam na Comissão de Assuntos Regionais e Meio Ambiente o local ideal para o debate de proposições de iniciativa parlamentar".



Sebastião Rocha

Rocha propõe criação de zonas de livre comércio

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) apresentou projeto de lei que prevê a criação de zonas de livre comércio nos municípios de Oiapoque e Laranjal do Jari, no Amapá. Segundo o senador, a medida dinamizará a atividade econômica dessas duas áreas, que necessitam, com urgência, de alternativas para manutenção do desenvolvimento local.

-O advento de uma zona de livre comércio, a ser incentivado por meio da promoção de seu potencial, da prestação de serviços e da industrialização de insumos regionais, certamente se refletirá em aumento da geração de riqueza no Amapá como um todo, aliviando a grave escassez de emprego e de geração de receita fiscal que, neste momento, atingem pesadamente os municípios e o estado, sem perspectiva de reversão - disse.

Bezerra: FCO deve reduzir encargos

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) pediu redução nos encargos financeiros do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que, a seu ver, "não se têm mostrado atrativos aos interesses dos responsáveis pelo abastecimento de alimentos e por desenvolvimento regional".

Em Mato Grosso, disse ele, o FCO deixou de aplicar, em 95, R\$ 70 milhões, e, em 96, esse valor subiu para R\$ 100 milhões, de um total de R\$

127 milhões disponíveis. Em 97, "o fundo promoveu uma ampliação dos prazos de financiamento, que passaram de seis para dez anos e a extensão da carência para até três anos". Porém, ele acha esses passos "muito tímidos".

Entre os avanços promovidos pelo FCO, para este ano, Carlos Bezerra apontou a ampliação dos itens financiáveis, com a inclusão do cultivo de plantas ou ervas; de culturas



Carlos Bezerra

de longa duração, e da abertura de poços, barragens e açudes para fornecer água à pecuária e pequenas irrigações.

O senador elogiou a prioridade dada à melhoria genética da pecuária de corte e ao cruzamento industrial, com o que o Fundo "propicia a modernização da bovinocultura de corte e a ampliação da oferta de carne em quantidade e qualidade".

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, RAMEZ TEBET, LÚCIO ALCÂNTARA E VALMIR CAMPELO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Lider que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)

- **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - **Brasília - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Matos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djaila Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio

Essucy

Revisão - João Ribeiro e Fernando Varela

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.